



CÂMARA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO PARAÍSO

Av. Dep. Nilson Ribas, 886 – Centro – Cep: 86.315-000 – Fone: (43)3174-2460 – Santo Antonio do Paraíso – Paraná
Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br/E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br/CNPJ:
78.955.663/0001-57

JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO EXECUTANTE **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ.

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza para atender às necessidades da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso. Os produtos são essenciais para o adequado funcionamento da instituição, garantindo condições adequadas de trabalho, higiene e bem-estar aos servidores, vereadores e visitantes. A aquisição justifica-se pela manutenção das atividades administrativas e legislativas, assegurando o pleno desempenho das funções públicas e o atendimento à comunidade de forma eficiente e organizada.

Justifica-se tal procedimento com fundamento no **Artigo 75, incisos II**, da Lei nº 14.133/2021.

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos objetos disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o Inciso XXI do Artigo 37, da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação



CÂMARA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO PARAÍSO

Av. Dep. Nilson Ribas, 886 – Centro – Cep: 86.315-000 – Fone: (43)3174-2460 – Santo Antonio do Paraíso – Paraná
Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br/E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br/CNPJ:
78.955.663/0001-57

técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então alterada a lei Federal nº. 8.666/93, pela Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no **Artigo 75, incisos II**, da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do Artigo 75, da Lei nº 14.133/2021.

De acordo com a Lei 14.133/2021 que autoriza a contratação direta para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Será realizada a contratação através de Dispensa de Licitação, com pesquisa realizada, verificando-se se os valores apresentados estão em conformidade com os praticados no mercado, e se apresentam de maneira vantajosa para a Administração, inclusive, quanto às condições de fornecimento dos produtos. A Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso justifica o procedimento de Dispensa de Licitação com base no Artigo 75, do inciso II, da Lei 14.133/2021, da mesma lei apresentamos a presente justificativa.

III – DA RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

Em análise ao presente certame, observamos que a disputa realizada na referida plataforma, tendo a Empresa **AGUIA DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 52.423.265/0001-04**, empresa participante apresentado o lance de menor valor.

IV – DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi:



CÂMARA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO PARAÍSO

Av. Dep. Nilson Ribas, 886 – Centro – Cep: 86.315-000 – Fone: (43)3174-2460 – Santo Antonio do Paraíso – Paraná
Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br/E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br/CNPJ:
78.955.663/0001-57

AGUIA DISTRIBUIDORA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 52.423.265/0001-04, apresentado o menor lance no valor total de R\$ 7.445,68 (sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)

V – DA HABILITAÇÃO

O Artigo 62, da Lei 14.133/2021 estabelece os documentos necessários para habilitação, sendo aqueles elencados nos Artigos 66 a 69, da nova lei de licitações, compreendendo: Contrato Social, RG e CPF do representante legal, CNPJ, CND Federal, CRF do FGTS, CND Estadual, CND Municipal, CND Trabalhista, Certidão de Falência e Concordata, e os solicitados no Termo de Referência, os quais se encontram em situação regular e hábil para a contratação, na presente data.

Diante do exposto, a administração **PODERÁ** ratificar e homologar o referido processo na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para o licitante acima qualificado, pois foram atendidas todas as formalidades legais, nos termos do **Artigo 75, incisos II, da Lei 14.133/2021**.

Ressalva-se que este parecer não vincula a decisão da Autoridade Superior, podendo ser acatado ou não, pois não tem caráter vinculatório e nem obriga a autoridade.

Santo Antônio do Paraíso, 19 de janeiro de 2026.

João Gabriel Crispim Camargo
Agente de Contratação